

Meta de superávit primário para 98 é alta

O economista Raul Velloso diz que a previsão do governo de 2,5% do PIB é difícil de alcançar

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Para gerar o efeito esperado pelo governo federal no resultado das contas públicas em 1998, nenhuma das medidas do pacote fiscal poderá falhar. O superávit primário – receitas menos despesas, sem incluir os juros da dívida pública – de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), almejado pela equipe econômica, está muito acima das expectativas do especialista em finanças públicas, Raul Velloso. “O mais razoável é apostar em algo em torno de 1,8% do PIB como superávit primário consolidado no próximo ano”, disse o economista.

Esse saldo positivo deverá ser três vezes maior que aquele gerado em 1997, quando as receitas dos três níveis de governo mais estatais ficarão 0,6% do PIB acima dos gastos. A maior contribuição para essa melhoria viria do governo federal, cujo superávit primário saltaria dos atuais 0,4% para 1,4% do PIB. A hipótese considera que as estatais aumentem seu superávit primário de 0,3% do PIB – aguardado neste ano – para 0,4% do PIB em 1998.

Já os estados e municípios, que em 1997 deverão fechar o ano com déficit primário de 0,1%, ajudariam no ajuste fiscal se conseguissem um equilíbrio nas suas contas. Para alcançar o superávit primário de

Governo federal - 1995-97					
(Em % do PIB)					
	1995	1996	1997	1998-I	1998-II
Benefícios previdenciários	4,9	5,4	5,5	5,8	5,7
Inativos pensionistas	2,4	2,3	2,2	2,3	2,2
Seguro-desemprego	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Pessoal ativo	3,1	3,1	2,9	3,0	2,9
Saúde	1,3	1,2	1,2	1,4	1,4
Demais setores (inclusive manutenção)	1,8	1,6	2,5	2,1	1,8
Saldo primário	0,5	0,4	0,4	0,1	1,4
Receita líquida	14,6	14,7	15,2	15,2	15,9

Tx. cresc. PIB 98 = 05%.

1998-II contempla os efeitos do "pacote" fiscal de novembro/97 em sua versão original

1998-I não contempla o "pacote" fiscal

Fonte: Raul Velloso

2,5% do PIB, seria preciso que, além de 1,4% da União, os estados e municípios gerassem um saldo positivo em suas finanças de 0,4% do PIB e as estatais quase dobrassem sua contribuição, saindo de 0,3% para 0,7% do PIB.

Velloso prefere ser “conservador” em suas projeções por causa do fa-

tor eleições em 1998. Em sua avaliação, as incertezas sobre o efeito das eleições no próximo ano sobre as contas públicas, mais o comportamento do cenário internacional, levaram o governo federal a fazer uma espécie de “seguro” contra o agravamento da crise. “Vários sinais emitidos de outubro para cá mos-

tram que, se houver necessidade de aprofundar o ajuste fiscal, existe espaço para novidades”, argumentou.

Além do aumento das receitas, o que ajudará a elevar substancialmente o superávit primário do governo federal no próximo ano é a queda nos gastos de custeio, investimentos e programas em geral. Essas despesas deveriam representar 2,1% do PIB em 1998 (ante 2,5% neste ano), caso não existisse o pacote fiscal.

Como o pacote determinou o corte de 6% nos gastos de investimentos e de outros 15% nas despesas de custeio, esse item, denominado por Velloso de “demais setores” na tabela ao lado, deverá cair para 1,8% do PIB. Mesmo com as medidas do pacote fiscal, os gastos da Previdência Social deverão crescer de 5,5% para 5,7% do PIB no próximo ano. No caso dos gastos com inativos e pensionistas da União, o pacote fará apenas com que permaneçam no mesmo patamar deste ano (2,2% do PIB), situação semelhante das despesas com pessoal ativo (2,9% do PIB). A hipótese de Velloso prevê ainda que os gastos com o setor de Saúde crescerão de 1,2% para 1,4% do PIB de 1997 para 1998 e que o desembolso para o seguro-desemprego fique estável na faixa de 0,6% do PIB. Ele considerou que a economia crescerá 0,5% no próximo ano.